

# A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA: UM ESTUDO SOBRE AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES

Raiane Rosa dias Leite Silva<sup>1</sup>

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (UFG/FE)

Cinthia Brenda Siqueira Santiago<sup>2</sup>

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás,

Faculdade de Educação (PPGE/UFG/FE)

Ana Flávia Teodoro de Mendonça Oliveira<sup>3</sup>

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (UFG/FE)

Eixo temático 2: Propostas Curriculares e Práticas Pedagógicas

## Resumo

Este estudo objetivou realizar um levantamento bibliográfico nacional acerca das adaptações curriculares necessárias para possibilitar a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), na sala de aula regular. Diante de tal propósito, elencamos a seguinte problemática: O que são adaptações curriculares para alunos com TEA e como são realizadas? De que forma essas adaptações podem contribuir para o ensino-aprendizagem desses alunos? A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de procedimentos de revisão definidos pela análise de conteúdo de Bardin e utilizamos como corpus de informações, periódicos acadêmico-científicos, além de livros científicos que abordam a referida temática. As buscas em periódicos foram realizadas a partir de três descritores: inclusão, autismo e adaptações curriculares. Dessa forma, com base no estudo realizado, constatamos que as adaptações curriculares se constituem em possibilidades educacionais de atuação frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos em questão. Ademais, identificamos que existem adaptações de grande e de pequeno porte e que suas características se diferenciam. Sendo assim, as mesmas contribuem para o processo de ensino-aprendizagem e são cruciais para atender às demandas dos estudantes com TEA. Infere-se, portanto, que o presente artigo possa contribuir no debate da imprescindibilidade das adaptações curriculares na inclusão do autista nas Instituições de Ensino, pois apesar do estudo evidenciar que é um desafio aos profissionais de educação realizarem tais adaptações, podemos afirmar que são de grande importância para o processo inclusivo desses alunos público-alvo da educação especial. No entanto, dado a relevância do assunto, ainda se fazem necessárias novas pesquisas e discussões acerca da problemática em questão.

**Palavras-chave:** Inclusão. Autismo. Adaptações Curriculares.

---

<sup>1</sup>Pedagoga: raianerosaa2016@hotmail.com

<sup>2</sup>Mestranda em Educação: cinthia-santiago-@hotmail.com

<sup>3</sup>Doutora em Educação: anaflavia\_teodoro@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O termo *inclusão* tem sido motivo de debates desde meados do século XX e vem despertando indagações tanto em profissionais que atuam diretamente com as pessoas com deficiência, quanto nas demais, que lidam indiretamente com elas. Destarte, compreende-se que é papel da escola, criar e disponibilizar meios que promovam a igualdade de condições para seu acesso e permanência, visando possibilitar cada vez mais, sua interação ao meio social. Nesse sentido, Mantoan (2003) entende que a escola é um espaço para todas as crianças, já que é um direito de todo cidadão estar devidamente matriculado e frequentá-la. Por esse motivo, compreende-se a inclusão como uma inovação e para que esta seja plenamente alcançada, implica que a instituição identifique as singularidades de cada educando e passe por uma mudança em sua perspectiva educacional.

Mittler (2003) ressalta que a inclusão, não se restringe apenas em inserir os alunos em escolas regulares, mas em transformá-las, para que sejam mais responsivas às necessidades de todos.

Segundo Pacheco (2007), para que ocorra a inclusão, a escola deve se adequar às especificidades dos alunos e não, o contrário. Nesse intuito, visando atender às suas diversas peculiaridades, foram criadas as adaptações curriculares.

As adaptações curriculares se constituem em possibilidades educacionais de atuação frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Elas foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), em seu Art. 59, ressaltando que “[...] os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996, p. 25).

Com o objetivo de orientar os profissionais da educação, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e publicou em 1998, o volume *Adaptações Curriculares: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Especiais*. Nesse volume,

encontramos o conceito relativo às adaptações curriculares, que as define como sendo:

[...] estratégias e critérios de situação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar à ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (MEC/SEESP/SEB, 1998, p. 15).

Nos estudos de Capellini (2018), as adaptações curriculares podem ser compreendidas também como adequações, pois o conceito de ambas estabelece mudanças fundamentais no currículo, isto é, “[...] a ênfase está na adequação de recursos, nas estratégias ou nas metodologias” (CAPELLINI, 2018, p. 21), visando garantir assim, aos alunos com necessidades especiais, o seu acesso.

Segundo Capellini (2018), com o termo flexibilização, considera-se a ideia de um currículo dinâmico, que se constrói através das experiências, possibilitando, de acordo com as dificuldades e possibilidades de cada um, a construção do conhecimento.

De acordo com Fonseca (2011), quando ajustamos o currículo estamos oportunizando flexibilizações e adequações conforme a necessidade de cada aluno, proporcionando práticas educativas e ações pedagógicas que atendam às particularidades dos indivíduos, tendo em vista, garantir a sua aprendizagem.

Ademais, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), nas organizações das classes comuns, salienta que é fundamental prever:

[...] flexibilizações e adaptações curriculares, que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola [...] (BRASIL, 2001, p. 47).

Nesse contexto, um dos grandes desafios enfrentados pelos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no processo de inclusão, está vinculado às dificuldades com relação ao acesso ao currículo. Embora a escola deva garantir o direito à educação inclusiva.

Além disso, Leon (2016, p. 16) esclarece que dentre as diversas características das crianças com TEA, está o “déficit na reciprocidade emocional, ou seja, a aproximação social é anormal ou há falhas em conversações normais e redução em compartilhamento de interesses”.

Por esse motivo, a autora destaca que é comum a presença de anormalidades na linguagem corporal, dificuldades na compreensão da linguagem verbal, uso da comunicação não-verbal e complexidades em formar e manter relações. Dessa maneira, Leon (2016) destaca que além dos autistas apresentarem padrões restritos e repetitivos de comportamentos, evidenciam:

[...] o uso repetitivo de objetos, aderência excessiva a rotinas, padrões de comportamentos verbais ou não-verbais rígidos e possíveis resistências a mudanças. Também incluem interesses altamente restritos e fixos, anormais em intensidade ou foco, e alterações no processamento sensorial manifestadas por hipersensibilidade ou hipossensibilidade [...] (LEON, 2016, p. 16).

Portanto, é relevante destacar que a pessoa com TEA, apresenta também, dificuldades em manter a atenção naquilo que não lhe desperta o interesse, sendo que muitas vezes, isso pode ser importante para o seu aprendizado. Esse é um dos grandes desafios deparados por muitos professores na sala de aula regular, por isso, se faz necessária à formação inicial e continuada daqueles envolvidos diretamente no processo inclusivo.

Nesse âmbito, o professor deve fazer parte desse processo, pois ao elaborar uma “[...] proposta curricular para um aprendente autista, deve observar propostas que contemplem a realidade de cada criança” (CHAVES; ABREU, 2014, p. 8).

Em concordância com Esteves, Reis e Teixeira (2014), o docente deve se pautar em diferentes estratégias como forma de mediação do processo de ensino-aprendizagem, para que as necessidades educacionais dos estudantes consigam ser atendidas. Nesse ponto de vista, as referidas autoras destacam que os alunos com autismo têm suas particularidades próprias, diante disso é fundamental a busca constante por diversos meios, recursos e métodos adequados ao atendimento desse público-alvo.

Assim, na presente pesquisa pretendemos responder a duas questões, a saber: O que são adaptações curriculares para alunos com TEA e como são realizadas? De que forma essas adaptações podem contribuir para o

ensino-aprendizagem desses alunos? Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo geral, realizar um levantamento bibliográfico nacional, acerca das adaptações curriculares necessárias para possibilitar a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), na sala de aula regular.

## **2 MÉTODO**

Diante do objetivo proposto, realizamos uma pesquisa bibliográfica por meio de procedimentos de revisão, definidos pela análise de conteúdo de Bardin e utilizamos como corpus de informações, periódicos acadêmico-científicos, além de livros científicos que abordam a referida temática. Desse modo, de acordo com Gil (2002), pesquisas de caráter bibliográfico são realizadas por meios de materiais que já foram desenvolvidos, como livros e artigos científicos.

As buscas em periódicos foram realizadas a partir de três descritores: inclusão, autismo e adaptações curriculares. Seguimos então, as etapas básicas propostas por Bardin (1977), para a análise de conteúdo dos textos coletados, a saber: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação.

## **3 DISCUSSÕES E RESULTADOS**

Com propósito em demonstrar o percurso realizado para as discussões sobre a questão da inclusão do autista no ensino regular, as adaptações curriculares necessárias para sua interação educacional e os resultados acerca da temática abordada, elencamos as categorias a seguir:

### **3.1 ADAPTAÇÕES CURRICULARES: O QUE É E COMO FAZER?**

As adaptações curriculares são consideradas como uma possibilidade de redução das dificuldades de aprendizagem vivenciadas pelos alunos autistas, de forma que “[...] não se trata de propor um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos” (OLIVEIRA, 2016, p. 11), tratando assim o currículo, como um instrumento útil, que pode ser adaptado para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com TEA.

Nesse sentido, no que diz respeito às adaptações curriculares, Duarte (2012) evidencia serem relevantes para permitir os ajustes necessários nos planejamentos para melhorar o processo de inclusão. Esclarece ainda que a partir delas, são possíveis flexibilizações e adequações no currículo, de forma que possam assistir às mais diversas especificidades apresentadas pelos educandos.

Ao mencionarmos adaptação, adequação e flexibilização, se faz necessário, conforme salienta Fonseca (2011), destrinchar as diferenças entre estes termos: adaptação é centrada nos serviços de apoio, na organização das Instituições de Ensino e implica em alteração no currículo para atender às necessidades de acordo com o aluno. As adequações compreendem atividades individualizadas, permitindo acesso ao currículo, alterando conteúdos, objetivos, recursos e práticas pedagógicas. Por outro lado, a flexibilização consiste na programação de atividades elaboradas para a sala de aula e nas mudanças de estratégias para o desenvolvimento das práticas pedagógicas que não necessitem de modificações no plano curricular de ensino.

Ainda nessa perspectiva, Leite (2008) afirma que o primeiro documento a adotar tais expressões (adaptação e adequação e flexibilização) no Brasil, foi conhecido por Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares em Ação (BRASIL, 1999). De acordo com a autora, esse documento foi elaborado pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação, que publicou sua primeira versão em 1999 e a reeditou em 2002. Cabe esclarecer que o mesmo é de caráter orientador, ou seja, é um guia referente às adaptações curriculares, as quais podem ser compreendidas como:

[...] possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. [...] Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno (BRASIL, 1999, p. 33 *apud* LEITE, 2008, p. 9-10).

No referido documento, é possível percebermos a importância de se entender as adaptações curriculares, como sendo uma possibilidade de se trabalhar com

alunos na perspectiva da educação inclusiva. No entanto, a necessidade de se adaptar o currículo a partir das dificuldades dos estudantes requer dos professores um planejamento fundamentado, com a definição de critérios importantes para que o discente se desenvolva no processo de aprendizagem.

### 3.2 AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA OS AUTISTAS

Ao se referir ao público-alvo da educação especial, Barbosa, Buzetti e Costa (2019) destacam que é de fundamental importância incluir alunos com deficiência nas mais diversas atividades realizadas em sala de aula e/ou outros locais do ambiente escolar. Entretanto, para que essa inclusão seja de fato efetiva, deve-se buscar por recursos que promovam a participação dos mesmos, respeitando-se sempre, as capacidades e peculiaridades de cada educando.

Nesse contexto, as mencionadas autoras descrevem que as adaptações curriculares podem ocorrer de várias formas, ou seja, inicialmente, o professor deve compreender que cada aluno é único, pois cada um possui a sua história de vida, suas características e individualidades, posteriormente, são necessárias adaptações e recursos que os atendam de acordo com suas particularidades.

No entanto, as autoras salientam que uma das maiores dificuldades dos professores regentes é planejar e realizar adaptações curriculares que atendam as especificidades do aluno da educação especial, pois muitas vezes, os mesmos se preocupam mais com o diagnóstico da deficiência do que com os recursos e meios que poderão ser utilizados por eles, para mediar os saberes que já dominam.

As autoras esclarecem ainda, que no caso dos estudantes com TEA, o professor além de conhecer o aluno e conquistar a sua confiança, deverá observar aquilo que mais desperta o seu interesse e quais suas necessidades para o desenvolvimento das atividades, objetivando planejar sua prática pedagógica e realizar as adaptações necessárias, para a condução do processo de ensino-aprendizagem. Afinal, o papel do professor no âmbito escolar é adaptar o ensino aos seus alunos.

### **3.2.1 Organizações do espaço da sala de aula para os estudantes com TEA**

A organização da sala de aula é um dos ajustes considerados mais importantes e necessários para a inclusão dos alunos com TEA, pois um ambiente pensado e intencionado para o acontecimento e desenvolvimento da prática pedagógica, reflete em melhores resultados. Nesse sentido, Barbosa, Buzetti e Costa (2019) consideram que é indispensável oferecer às crianças com TEA, um ambiente que favoreça a sua aprendizagem. As autoras enfatizam que esses alunos necessitam de um tipo de ambiente que evite a dispersão.

Na realização do estudo sobre o método TEACCH (em português: Tratamento e Educação para Crianças com Autismo ou Desordens Relacionadas à Comunicação), Leon (2016) relata a organização do espaço como um dos eixos fundamentais do ensino estruturado. A autora destaca que o ensino estruturado se refere a um conjunto de técnicas, que pretende organizar as atividades e o ambiente.

A criação da estrutura física é considerada o ponto de partida na aplicação do método TEACCH. O ambiente físico, o qual envolve os móveis e até mesmo a mobilidade do aluno, pode e deve ser adaptado para os autistas, pois um espaço bem organizado poderá disponibilizar visualmente ao autista, as dinâmicas a fazer dentro do recinto. (LEON, 2016).

Por conseguinte, a autora exemplifica que na educação infantil, em sala de aula regular, ambiente onde podem acontecer diversos tipos de brincadeiras e atividades, como por exemplo: hora de comer, hora de dormir, hora de pintar e hora de brincar, entre outras, a simples alteração na posição das cadeiras e/ou em demais móveis e objetos, são recebidas com dificuldades pelas crianças com TEA, pois sua grande maioria possui aversão a quebra de rotinas e mudanças no ambiente, algo que para as demais crianças, pode passar despercebido.

### **3.2.2 O estabelecimento de rotina diária**

Sabemos que normalmente pessoas com TEA, possuem mais facilidade em lidar com rotinas pré-estabelecidas e dessa forma, é de suma importância que o professor considere essa particularidade para o planejamento de suas mediações. Pois de acordo com Leon (2016), quando se estabelece uma rotina bem estruturada, explícita e com regras, o autista tem maior facilidade na aprendizagem. Por outro lado, caso ocorram mudanças na rotina ou quebra de regras cotidianas acordadas, poderá acarretar em dispersão no processo educativo. Logo, podemos considerar que o estabelecimento de rotinas diárias se constitui um aspecto forte e relevante para a aprendizagem dos alunos com TEA.

Ao discutir o Método TEACCH, Leon (2016) afirma que existem aspectos que são considerados fracos e outros fortes, em pessoas com TEA. Os terapeutas do método buscam encontrar tais aspectos para usá-los como estratégias, procurando diminuir as fraquezas na aprendizagem com a utilização de suas áreas fortes, isto é, suas habilidades, as quais são demonstradas naquilo que lhes despertam interesse e atenção.

Segundo o Método TEACCH, a aprendizagem explícita é um ponto forte para esses alunos, diferentemente da aprendizagem implícita, a qual pode ser considerada como frágil, já que o ensino não é de maneira clara e evidente, portanto, quanto mais perceptível for o assunto a ser trabalhado com a pessoa com TEA, maior será o significado para esses sujeitos (LEON, 2016).

Nesse sentido, podemos destacar uma das estratégias utilizadas pelo Método TEACCH, que é o uso de murais, pois visam ajudar o aluno autista a se organizar em relação ao que deve ser feito, assim, se constituem em uma forma de apresentação visual das atividades que serão realizadas no decorrer de um determinado período, visto que “o mural tem como objetivo apresentar, em linguagem visual, a sequência, o planejamento, a ordem do que vai ser realizado [...]” (LEON, 2016, p. 57).

Conseqüentemente, para um resultado satisfatório, primeiramente o mural deve ser estruturado e organizado com as informações relativas às atividades que a criança irá desenvolver. Em seguida, o mesmo poderá ser apresentado a ela, para que o tome como referência e se familiarize gradativamente ao seu

funcionamento, passando assim, a observá-lo cotidianamente de maneira autônoma.

### **3.2.3 A utilização de materiais didáticos diversos**

Segundo Cunha (2017), na sala de aula ou de recursos, os objetos ou as atividades sensoriais produzem estímulos, podendo exercer efeitos no comportamento dos alunos. A utilização de água nas brincadeiras ou rasgar jornais, por exemplo, além de poder causar sensação de alívio, podem também trabalhar a coordenação motora fina. Rolar pneus ou subir escadas são atividades capazes de desenvolver a coordenação motora ampla. Dessa forma, as experiências sensoriais, segundo o autor, podem ajudar a minimizar a ansiedade ou causar o efeito contrário, logo, se faz necessário que o professor observe como os alunos agem perante tais propostas.

Cunha (2017) denomina os materiais pedagógicos de “materiais de construção de conhecimento”, os quais para o autor são muito relevantes na educação dos autistas, pois ao manusearem materiais de encaixe geométrico, por exemplo, conhecidos por montessorianos, os autistas aprendem a encaixar as peças percebendo as características de tamanho, peso e espessura, se familiarizando com seus nomes e suas aparências táteis e visuais.

Para Cunha (2017), materiais que oportunizam diferentes formas de superfícies, tipo: áspera, lisa, alturas e larguras distintas, profundidades e pesos, permitem descobertas sensoriais e favorecem novas cognições. Já as peças tridimensionais, argila e materiais como lápis, giz de cera, massinha e tinta a base d`água, além de contribuírem com os objetivos pedagógicos, também podem produzir sensações de alívio.

Dessa maneira, Cunha (2017) salienta que um bom material, proporciona ao aluno a aquisição de habilidades e comportamentos que vão se modificando até conseguir desempenhos mais refinados. Outra possibilidade na exploração do concreto e sensorial é o aprendiz desvendar conceitos de matemática, geometria, linguagem e aperfeiçoar práticas da rotina de vida.

Portanto, percebemos que os alunos com TEA, podem melhorar sua aprendizagem por meio da utilização de materiais didáticos diversos. No

entanto, Cunha (2017) ressalta que o aluno autista é capaz de aprender, mas se deve atentar às suas formas específicas de respostas aos estímulos, pois estes poderão conduzi-lo para um comportamento diferente, podendo ocasionar angústias ou descobertas, dependendo do auxílio que receber.

### **3.2.4 O processo avaliativo**

Na construção de um currículo para alunos com autismo, a avaliação deve ser o ponto de partida. Sendo assim, podemos destacar que é a partir da avaliação, seja diagnóstica - aquela que ocorre principalmente no início do processo educativo - ou formativa - que acontece durante o processo de formação - que o professor poderá perceber as habilidades e necessidades apresentadas pelos educandos com TEA. Para refletirmos sobre a importância do processo de avaliação, recorreremos à teoria de Luckesi (2011, p. 168), que define a avaliação da aprendizagem como sendo:

[...] um mecanismo subsidiário do planejamento e da execução. É uma atividade subsidiária e estritamente articulada com a execução. É uma atividade que não existe nem subsiste por si mesma. Ela só faz sentido na medida em que serve para o diagnóstico da execução e dos resultados que estão sendo buscados e obtidos. A avaliação é um instrumento auxiliar da melhoria dos resultados (LUCKESI, 2011, p. 168).

Isto posto, é pela avaliação que podemos fundamentar as decisões para planejar os meios a serem desenvolvidos em sala de aula com o discente autista, para que assim, seja possível alcançar os resultados desejados. Por conseguinte, deve-se procurar saber como cada aluno com TEA compreende a informação recebida, uma vez que a partir disso, o professor poderá promover atividades que possibilitem e proporcionem um ambiente motivador na construção do saber, pensando uma prática pedagógica voltada para a vida em sociedade.

## **4 CONCLUSÃO**

A análise do material bibliográfico dessa pesquisa nos permitiu constatar que a inclusão do aluno autista na perspectiva educacional, ainda necessita de

muitas mudanças e enfrentamento de grandes desafios. Em vista disso, os estudos analisados evidenciaram a carência de adaptações curriculares, uma vez que essas se constituem em possibilidades educacionais de atuação frente às dificuldades de aprendizagem desses estudantes.

Assim sendo, identificamos que as adaptações curriculares são como vias de acesso à aprendizagem e que as flexibilizações oportunizam a acessibilidade do estudante ao currículo, considerando sua individualidade e particularidade. Ainda nesse âmbito, o termo flexibilização compreende a ideia de um currículo dinâmico, que se constrói através das experiências, propiciando de acordo com as dificuldades e expectativas de cada um a construção do conhecimento.

Nessa perspectiva, os professores como parte do sistema educacional, podem e devem realizar os ajustes necessários durante sua prática pedagógica, para responder às demandas, não apenas dos alunos com autismo, mas também, dos demais que necessitem de adaptações no contexto escolar.

Constatamos também, que existem adaptações de grande porte e de pequeno porte e que as características dessas adaptações, se diferenciam. No caso dos alunos autistas, ajustes como a organização do espaço da sala de aula, agrupamentos de alunos, processo avaliativo, estabelecimento de rotina diária e a utilização de materiais didáticos diversos, podem ser realizados pelos professores. Sendo assim, as adaptações de grande e pequeno porte contribuem para o ensino-aprendizagem e são cruciais para atender às demandas dos estudantes com TEA.

Dada à relevância do assunto, se faz necessária a realização de novas pesquisas e discussões acerca do tema aludido. Infere-se, portanto, que o presente artigo possa contribuir no debate da imprescindibilidade das adaptações curriculares na inclusão do autista nas Instituições de Ensino, pois apesar do estudo evidenciar que é um desafio aos profissionais de educação realizarem tais adaptações, podemos afirmar que é de grande importância para o processo inclusivo desses alunos público-alvo da educação especial.

## **REFERÊNCIAS**

- BARBOSA, Regiane da Silva; BUZETTI, Miryan Cristina; COSTA, Maria Piedade Resende da. **Educação Especial, Adaptações Curriculares e Inclusão Escolar: Desafios na Alfabetização**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.
- BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Congresso Nacional, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEESP, 1998a.
- CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Filho. **Adaptações curriculares na inclusão escolar: contrastes e semelhanças entre dois países**. Curitiba: Appris, 2018.
- CHAVES, Maria José; ABREU, Márcia Kelma de Alencar. **Currículo inclusivo: proposta de flexibilização curricular para o aprendente autista**. In: III Congresso Internacional de Educação Inclusiva – III CINTEDI & a III Jornada Chilena Brasileira sobre Educação Inclusiva e Direitos Humanos, 2014, Curitiba.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2017.
- DUARTE, M. Adaptação curricular: análise de dissertações e teses produzidas nos programas de pós graduação (2000-2009). In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Orgs.). **Dimensões Pedagógicas nas Práticas de Inclusão Escolar**. Marília: ABPEE, 2012, v.2, p. 481-490.
- ESTEVEVES, Anabela; REIS, Ana Cláudia; TEIXEIRA, Liliana. **A Aprendizagem e o Ensino Cooperativos como práticas inclusivas na educação de alunos com Perturbações do Espectro do Autismo: Comparação entre escolas dos 2º e 3º Ciclos com e sem Unidades de Ensino Estruturado para crianças com PEA**. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente. Lisboa, v. 5, n. 1, 2014.

- FONSECA, Kátia Abreu. **Análise de adequações curriculares no ensino fundamental**: subsídios para programas de pesquisa colaborativa na formação de professores. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Desenvolvimento e Aprendizagem, Faculdade de Ciências. Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- LEITE, Lúcia Pereira. Práticas educativas: adaptações curriculares. In: CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (org.). **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.
- LEON, Viviane Costa. **Práticas baseadas em experiência para aplicação do TEACH nos transtornos do Espectro Autismo**. São Paulo: Memmon, 2016.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- OLIVEIRA, Ana Paula de. **Adaptação curricular para autistas no ensino fundamental I: Um enfoque na legislação Educacional**. 2016. Monografia (Graduação). Faculdade de Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2016.
- PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão. Um guia para aprimoramento da Equipe escolar**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.